

# EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A (NÃO) INSERÇÃO DE ESPORTES ADAPTADOS NOS CONTEÚDOS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

*Stheffanie Matias Cabral*<sup>1</sup>  
*Wolney Gomes Almeida*<sup>2</sup>

## **Resumo:**

A busca por equidade social conduz a sociedade por um processo gradativo em direção à inclusão de pessoas com deficiência em instituições de ensino regular e, no bojo dessa discussão, a Educação Física Escolar auxilia e proporciona diversos benefícios cognitivo, afetivo e social aos alunos com deficiência. Este estudo tem como objetivo avaliar a importância da inserção dos esportes adaptados no currículo da Educação Física Escolar no Ensino Médio em escolas estaduais da cidade de Itabuna-Bahia. Fundamentando-se, teoricamente, sob as bases epistemológicas da Educação Inclusiva, pretende contextualizar o esporte adaptado no processo de inclusão. A metodologia, calcada na pesquisa documental de cunho qualitativo, apresenta uma análise de documentos sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico) e do plano de curso dos professores de Educação Física do Ensino Médio, constatando a fragilidade quanto à observação e importância dadas às práticas do esporte adaptado no planejamento escolar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Currículo. Educação Física. Esportes adaptados.

---

1 Graduada em licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Especialista em Metodologia do Ensino de Educação Física e Esporte pela UESC; Especialista em Educação Física Adaptada pela UESC. Experiência na área de recreação e lazer como monitora do projeto de Extensão Atividades Recreativas para crianças na UESC. Docente de Educação Física do Colégio Centro Integrado Oscar Marinho Falcão na cidade de Itabuna-Bahia.

E-mail: tetymatias@hotmail.com

2 Doutor em Educação pela UFBA; Mestre em Cultura e Turismo pela UESC. Especialista em Língua Brasileira de Sinais pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (RJ); Especialista em Ciências neurológicas, Deficiências Múltiplas e Surdocegueira pela Universidade Cândido Mendes (MG); possui Licenciatura em Letras pela Universidade Paulista; Bacharel em Comunicação Social Rádio e Tv pela UESC. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, ministrando a disciplina Libras; docente do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Mestrado Profissional em Letras- PROFLETRAS; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (GEPEI).

E-mail: wolney\_22@yahoo.com.br

# **SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: A (NO) INSERTING SPORTS ADAPTED IN THE CURRICULAR CONTENT FOR MIDDLE SCHOOL**

*Stheffanie Matias Cabral  
Wolney Gomes Almeida*

**Abstract:**

The search for social equity leads society through a gradual process towards the inclusion of people with disabilities in regular educational institutions and, in the heart of this discussion, Physical Education School helps and provides several cognitive, affective and social benefits to students with disabilities. This study aims to evaluate the importance of the inclusion of adapted sports in the curriculum of Physical School Education in High School in state schools in the city of Itabuna-Bahia. Based, theoretically, under the epistemological basis of Inclusive Education, it intends to contextualize the adapted sport in the inclusion process. The methodology based on qualitative documentary research presents an analysis of documents about the PPP (Pedagogical Political Project) and the course plan of Physical Education Teachers of Secondary Education, noting the fragility regarding the observation and importance given to the practices of the adapted sport in school planning.

**Keywords:** Inclusive Education. Curriculum. PE. Adapted sports.

## Introdução

Pensar o desenvolvimento da sociedade a partir dos parâmetros da equidade social enquanto ser político, pressupõe olhar as relações sociais a partir da diferença e práticas geradoras da inclusão social. Nesse aspecto, o contexto educacional se torna indispensável para o atendimento às diferenças.

Embora muitas escolas regulares anunciem propostas inclusivas, nota-se, no cotidiano, uma grande fragilidade quanto a acessibilidade dos alunos com deficiência nos espaços e na relação ensino-aprendizagem, sobretudo quanto às práticas inclusivas em aulas de Educação Física. Sabe-se que muitas escolas regulares possuem discurso inclusivo, entretanto, não refletem acerca da inclusão em suas práticas educativas. Historicamente, é comum a não participação dos alunos com deficiência durante as aulas de Educação Física e das outras disciplinas regulares.

A problemática da pesquisa envolve o seguinte questionamento: O esporte adaptado está sendo praticado e inserido nos conteúdos curriculares da Educação Física Escolar no Ensino médio, a fim de auxiliar o processo de inclusão de pessoas com deficiência em escolas de ensino regular? Essa problemática possui aspectos do âmbito sociopsicológico que se refere, fundamentalmente, ao viés da psicologia social de determinados grupos, sendo objeto de estudo as aspirações, os interesses, as atividades, entre outros fatores.

A fim de contribuir com o processo de inclusão, o objeto desta pesquisa refere-se à inserção de esportes adaptados nos conteúdos das aulas de Educação Física escolar no ensino médio. Assim, foram estabelecidos como objetivos norteadores para execução desta pesquisa: i. avaliar a importância da inserção dos esportes adaptados no currículo da Educação Física Escolar no Ensino Médio em escolas estaduais da cidade de Itabuna-Bahia; ii. identificar no Projeto Político Pedagógico se os esportes adaptados são inseridos nos conteúdos de Educação Física Escolar; e, iii. analisar se no plano de curso os conteúdos da Educação Física Escolar possuem uma perspectiva inclusiva.

Compreende-se que pesquisas como esta visam contribuir com o processo de inclusão que ocorre gradualmente em nossa sociedade, analisando as possibilidades de adequações do currículo com o intuito de garantir direitos conquistados ao longo da história da educação inclusiva.

A pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, exploratória, estruturada e embasada através da análise documental. Esta pesquisa foi realizada através de visitas às instituições escolares que possuem turmas de ensino médio, onde foram solicitadas autorizações aos dirigentes escolares para que a pesquisadora obtivesse permissão para analisar os documentos que

norteiam o processo educacional da instituição, bem como o PPP (Projeto Político Pedagógico) e o plano de curso dos professores de Educação Física.

Os dados foram coletados no mês de maio de 2017, sendo analisados a fim de identificar a inserção ou não dos esportes adaptados nos conteúdos de Educação Física Escolar. Sequencialmente, discute-se o processo histórico da inclusão, conceitos e possíveis práticas pedagógicas para facilitar a inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino regular.

## **Educação Especial e Inclusão Educacional**

### **Processo histórico em busca da Educação Inclusiva**

A sociedade vivenciou o processo histórico da construção da inclusão e a busca de uma Educação Inclusiva. O acesso de pessoas com deficiência em instituições de ensino especializado foi a primeira conquista alcançada, pois, a partir desse momento, essas pessoas deixam de ser totalmente excluídas da sociedade iniciando um convívio social.

A educação especial, inicialmente, organizou-se através do atendimento educacional especializado, tendo caráter substitutivo ao ensino comum, atendendo de forma segregada, além de ter foco nas concepções clínicas. Após a construção do documento Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, o conceito e o objetivo da educação especial foram reformulados, sendo caracterizada por uma concepção educacional complementar e com foco nas potencialidades da pessoa com deficiência. Assim,

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. (SEESP/MEC, 2008).

A inclusão educacional vai além de permitir que o aluno com deficiência seja matriculado em uma escola regular. Ela propicia oportunidades de aprender conteúdos diversificados, ter acesso ao conhecimento de mundo, estimular a autonomia e socializar-se com pessoas que eles terão contato fora dos muros da escola, promovendo uma sensibilização no sentido da construção de respeito às diferenças, sejam elas físicas, auditivas, intelectuais, visuais, raciais ou socioeconômicas. A educação inclusiva caracteriza a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento a partir de suas capacidades, desenvolvem suas ideias sendo participantes ativos nas propostas

pedagógicas e se desenvolvem como cidadãos na diversidade (ROPOLI et all, 2010).

Segundo o documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2001, p. 01)

Durante o processo de legitimação da educação inclusiva, surgem necessidades de modificações na infraestrutura, nas práticas pedagógicas e, principalmente, na capacitação dos profissionais da comunidade escolar. Dessa forma, o Ministério da Educação, a partir do ano de 2003, disponibiliza investimentos para disseminação da educação inclusiva através de programas de formação, por consequência das universidades perceberem a necessidade de instrumentalizar os futuros profissionais dos cursos de licenciatura.

Deve-se ressaltar que surgiu, em 2008, o Atendimento Educacional Especializado-AEE a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. É válido salientar que “[...] o AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). Assim, o AEE tem função de complementar/suplementar a formação do aluno com deficiência, jamais substituir o ensino regular (MENDES, H.R.; CONCEIÇÃO, L. H. P.; GALERY, A.,2013). Além disso, esses profissionais que trabalham nas salas de recursos, realizando o atendimento educacional especializado, auxiliam também os profissionais das instituições, expondo possibilidades de práticas pedagógicas diversificadas para auxiliar no processo de ensino aprendizagem.

## **Educação Física Escolar: participando do processo de inclusão**

### **Conteúdos da Educação Física: Dança, lutas, ginástica, jogos e esportes**

Durante o processo histórico e de obrigatoriedade da disciplina de Educação Física, essa disciplina foi influenciada por várias vertentes, desde o momento que ainda era denominada como ginástica, passando por influências Calistênicas, Higienistas, Esportivistas e da Cultura Corporal até alcançar os tempos atuais com a vertente da cultura corporal de movimento.

A princípio, a Educação Física, quando inserida no currículo escolar, era considerada como um momento para a prática da ginástica, com a

finalidade de deixar o corpo saudável. Atualmente, ela é uma disciplina que possibilita trabalhar as suas próprias especificidades e inter-relacionar com outros componentes curriculares.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Física na escola deve ser constituída através dos conteúdos: Jogos, Ginásticas, Esportes, Lutas, Atividades rítmicas e expressivas (danças). Os conteúdos são de extrema importância para construção da consciência corporal e aprendizagem motora, cognitiva e social.

De acordo com Saviani (2008),

Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremendo (...). A propriedade nos conteúdos é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas (SAVIANI, 2008, p.59).

O processo de aprendizagem torna-se fragilizado devido ao emprego inapropriado ou falta de uso dos conteúdos significativos. O profissional deve ter propriedade ao expor os conteúdos para seus alunos, a fim de contribuir para o desenvolvimento do mesmo.

Os conteúdos foram estabelecidos para que os profissionais se orientassem, entretanto, isso não deve ser um fator impeditivo, pois o professor deve promover adequações de acordo com a cultura regional, costumes, experiências e vivências individuais e coletivas do aluno. Paiva e Melo (2008) ratificam que o profissional de EF deve contemplar as competências individuais (pessoal), coletiva (profissional) e social (comunitário).

Bonamino e Martínez (2002) ressaltam que os PCN's possibilitam, através de seus conteúdos, um currículo mínimo que norteia esses profissionais. Apesar da orientação que os PCN's proporcionam, existe a necessidade da construção/reestruturação de um currículo mínimo, a fim de flexibilizar e dinamizar as aulas, inserindo problemáticas atuais, desenvolvendo seus conteúdos e práticas na perspectiva da inclusão.

### **A inserção dos esportes adaptados no currículo da Educação Física Escolar**

A inclusão escolar tornou-se um sonho tangível diante de suas conquistas ao longo dos anos, tanto em seus aspectos sociais quanto político. Sabe-se que ainda é difícil afirmar que uma instituição é inclusiva devido à diversidade de adaptações e capacitações que são necessárias, tanto nos aspectos educacionais quanto nos estruturais.

Incluir as pessoas com necessidades educacionais nas escolas de ensino regular significa oferecer oportunidades igualitárias, com adaptações

pertinentes e sensíveis às diferenças. Nesse sentido, surge a Educação Física Adaptada como uma estratégia oficial nos cursos de graduação, através da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação que prevê a atuação do professor de Educação Física, tendo como objetivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (SAINT-LAURENT, 1997).

Historicamente, a ausência de uma política e de olhares inclusivos no âmbito prático da Educação Física foi marcada pela marginalização e exclusão de pessoas com deficiência do modelo educacional devido sua concepção incompatível com o mesmo. Compreende-se que isso ocorreu em um período em que os profissionais não possuíam acesso a capacitações específicas para desenvolver aulas com a participação de pessoas com deficiência. Atualmente, existe um aumento gradativo de profissionais em busca de especializações para auxiliar as instituições escolares nesse processo de inclusão. Recorda-se de um período em que a Educação Física era restrita para as pessoas que não possuíam deficiência e tinha como objetivo preparar os soldados para que se tornassem fortes para as batalhas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o esporte passa a ser visto como instrumento de reabilitação e inserção social das pessoas com deficiência. Costa e Sousa (2004, p.30) salientam que “A pedido do governo britânico, o neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial.”

Durante esse período, surgiram duas correntes de pensamento, uma delas com enfoque médico, apresentada por Guttmann, que utiliza o esporte como auxílio na reabilitação de seus pacientes buscando minimizar os problemas psicológicos advindos, principalmente, do ócio no hospital. A proposta de reabilitação buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de promover novas possibilidades que resultou em maior interação dessas pessoas através do esporte “reabilitação”, devolvendo à comunidade um deficiente capaz de ser “eficiente”, pelo menos, no esporte (ARAÚJO, 1997).

Já a outra corrente de pensamento utilizava o esporte como forma de inserção social, dando-lhe uma conotação competitiva. Essas correntes, no decorrer da história, cruzam-se formando objetivos comuns, saindo do componente médico-terapêutico, e estendem-se à incorporação da prática esportiva e do desporto de rendimento, procurando a integração do atleta e sua reabilitação social, como afirma Varela (1989).

O esporte é um fenômeno humano (SOLER, 2009) que pode ser utilizado como um instrumento pedagógico que proporcione a inclusão e aprendizados ímpares acerca das relações sociais. A Educação Física deve trabalhar o esporte dentro de duas perspectivas: esporte de rendimento e como conteúdo da Educação Física, entretanto, ressalta-se que o esporte como conteúdo educacional possibilita maiores vivências de socialização e inclusão.

O esporte como conteúdo educacional possibilita mudanças nas regras para adequação aos alunos e ambientes, propicia vivenciar a competição com a finalidade de os alunos aprenderem a lidar com vitórias e derrotas, enfatiza o processo e não o resultado, visa a aprendizagem. O esporte é um direito de todos garantido por lei, que não deve permanecer somente no papel.

A Carta Internacional de Educação Física e Esporte (1979, p 1), em seu art.1.1, declara que

Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

O esporte escolar deve ser inclusivo, mas essa perspectiva acontecerá dependendo do perfil do professor. O profissional deve compreender que o esporte pode ser inclusivo e não ser de rendimento. Promover o esporte inclusivo não é difícil, requer apenas sensibilidade e capacitação. Soler (2009) ressalta que para criar esporte inclusivo se faz necessário adaptar espaços, regras ou estrutura dos jogos, além de capacitar professores a respeito das abordagens e técnicas inclusivas.

Deve-se reconhecer a importância do esporte inclusivo para a formação dos alunos. Ratificando os benefícios do esporte inclusivo, Sassaki (2006) diz,

São muitos, dependendo do quanto de empenho os promotores invistam na implementação da filosofia de inclusão social nos esportes. Alguns exemplos de benefícios são aumento da auto-estima e melhoria da competência física e social; aumento na variedade de modelos sociais propiciados pela diversidade dos participantes; crescimento do senso de pertencer à comunidade, de cada pessoa; melhoria da imagem da entidade promotora perante a comunidade local e internacional. (SASSAKI, 2006, p.5)

O esporte inclusivo pode acontecer durante as aulas de Educação Física Escolar, utilizando como instrumento o esporte adaptado. A existência de diversas modalidades possibilita vivências diversificadas, ressalta-se a importância de respeitar as limitações. Soler (2009) destaca os benefícios dos esportes adaptados para pessoas com deficiência:

Nos aspectos físicos e motores, o esporte melhora a condição cardiovascular dos praticantes, aprimora a força, a agilidade, coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. No aspecto social, o esporte proporciona a oportunidade de socialização com pessoas portadoras e não-portadoras de deficiências, torna o indivíduo mais independente para a realização de suas atividades diárias e faz com que a sociedade conheça melhor as potencialidades dessas pessoas especiais. No aspecto psicológico, o esporte melhora a autoconfiança e autoestima das pessoas portadoras de deficiência tornando-as mais otimista e seguras para alcançarem seus objetivos. (SOLER, 2009, p.177)

Por fim, inserir os esportes adaptados nos conteúdos da Educação Física Escolar proporcionará benefícios tanto para as pessoas com deficiência quanto para os que não possuem.

### **Aspectos metodológicos**

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa caracterizada por aspectos da realidade que não podem ser quantificados, voltada para a compreensão e explicação das relações humanas. De acordo com Minayo (2001, p.14), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Devido a seus objetivos e procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como Documental, pois utiliza-se de documentos oficiais, além de possuir um tratamento analítico de documentos que ainda não foram analisados. Segundo Fonseca (2002),

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Durante a coleta de dados, foi realizada uma análise do conteúdo desses documentos, a fim de identificar a existência e inserção ou não dos esportes adaptados aos conteúdos da Educação Física Escolar.

A tipologia deste estudo tem como base a classificação filosófica caracterizada como fenomenológico-hermenêutica. Esse tipo de pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa, preocupa-se com o significado dos fenômenos, e tem como pano de fundo a Teoria Filosófica da Fenomenologia (Edmund Hurrssel) e a Hermenêutica (interpretação do que há nas entrelinhas, análise de discurso). A Hermenêutica possibilita a “busca do conhecimento através do círculo: compreensão – interpretação – nova compreensão.” (MARTINS, 1994, p. 27).

### **Local e Procedimentos da pesquisa**

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa acerca das escolas estaduais que possuem Ensino Médio na cidade de Itabuna-Ba. A fonte desta pesquisa foi o NRE 5 (Núcleo Regional de Educação) que tem a função de gerir as políticas educacionais no âmbito regional, executando ações de acompanhamento, monitoramento e intervenção pedagógica nas Unidades Escolares. O NRE 5 entregou uma lista com endereço de 18 instituições. Durante a pesquisa, usou-se como critério de seleção as instituições que possuíssem turmas do ensino médio. Em seguida, com a finalidade de haver universos diferentes, foi selecionada uma escola por bairro, sendo visitadas 6 instituições.

Em sequência, foram realizadas visitas às instituições, iniciando no mês de Abril até Julho do ano de 2017, sendo solicitada aos dirigentes escolares a autorização, através da carta de aceite (APÊNDICE II), para que a pesquisadora tivesse acesso aos documentos da instituição sendo estes: o PPP (Projeto Político Pedagógico) e os planos de curso realizados pelos professores de Educação Física do ensino médio. Durante a coleta de dados, os documentos foram analisados através do roteiro de observação (APÊNDICE I) a fim de identificar o conteúdo esportes adaptados nos documentos oficiais da instituição e a existência de proposta de inclusão através do conteúdo de esporte adaptado.

Durante a coleta de dados, foi analisado o conteúdo desses documentos, a fim de identificar a existência e inserção dos esportes adaptados aos conteúdos da Educação Física Escolar.

## **Resultados e discussões**

### **Caracterização das instituições**

As instituições selecionadas para coleta de dados tiveram seus nomes preservados, sendo substituídos por letras: Instituição A, B, C, D, E, F. Todas as

escolas visitadas ficam em bairros que não são periféricos, sendo estes de fácil acesso.

Inicialmente, foi constatada a dificuldade em coletar os dados para esta pesquisa pois, dentre as 6 escolas selecionadas e visitadas, apenas as escolas A e B que autorizaram. As instituições C, D, E e F resistiram com algumas justificativas.

No que se refere à instituição C, a diretora informou que não autorizava a pesquisadora pois, o PPP estava em processo de construção e que seus professores não aceitaram que seus planos fossem observados.

A diretora da instituição D relatou que não poderia autorizar a análise dos documentos, pois o PPP não se encontrava na escola; estava sob os cuidados de um estagiário que solicitou o documento para estudar.

Já a Instituição F foi visitada mais de uma vez e não encontrava o diretor somente o vice-diretor, e este justificava dizendo que preferia que o diretor autorizasse a coleta de dados. Por fim, a instituição E foi transparente em seu discurso dizendo que o PPP estava desatualizado e que, dessa forma, não gostaria de expor a escola em uma pesquisa.

A resistência dos gestores para autorizar o contato do pesquisador com o PPP é um ponto a ser discutido, pois esse documento é de caráter público, sendo assim, não pode ser negado com base em nenhuma das justificativas dadas. A Lei nº 12.527/2011

regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Devido à resistência de 80% das instituições visitadas, as discussões dos resultados foram restritas às escolas que autorizaram a coleta de dados. Entretanto, deve-se lembrar que essa resistência retrata o receio do Projeto Político Pedagógico estar desatualizado, não contendo, dessa forma, os conteúdos ou práticas relacionadas à educação inclusiva. Entretanto, o que muitos desses gestores não compreendem é a naturalidade do processo de concretização das modificações, com a finalidade de contemplar essa diversidade de necessidades educacionais especiais que estão inseridas nas instituições de ensino regular, tornando-se indispensável um pensar pedagógico nesse processo de ensino aprendizagem acessível a todos. Referente ao quantitativo de professores de Educação Física nas instituições, deve-se

ressaltar que a instituição A possui 6 professores de Educação Física, já a Instituição B possui 3 professores, sendo que, em relação ao número de alunos por turma, existe uma média de 35 a 40 alunos por turma.

### **Projeto Político Pedagógico: Perspectivas Inclusivas**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que contém o registro de ações e projetos que uma determinada comunidade escolar busca para seu ano letivo, sendo auxiliado de forma política e pedagógica por professores, coordenação escolar, alunos e familiares. Para isso, constroem atividades pedagógicas que auxiliam no processo de ensino – aprendizagem (VAGULA et al.,2014).

Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Reformular o Projeto Político-Pedagógico - PPP não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. (BATISTA, 2007, p.114)

Com relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), as escolas participantes desta pesquisa possuem suas práticas pedagógicas fundamentadas no PPP para construção de suas ações, entretanto observou-se que estes estão em processo de reconstrução e inovação. O PPP deve ser reconstruído a partir das realidades sociais, política e educacionais, as quais devem ser transmitidas através dos projetos e aulas. Destaca-se que esse documento, devido a sua relevância, deve ser elaborado por uma gestão democrática e reflexiva. Caracterizar um PPP como inclusivo é contemplar, através de seus objetivos, ações e práticas em função das necessidades dos educandos. O paradigma da escola inclusiva, pressupõe uma educação apropriada e de qualidade, em escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente (AGUIAR E DUARTE, 2005).

O PPP inclusivo tem como principal função fundamentar a comunidade escolar no processo de busca a uma educação inclusiva de qualidade, respeitando as limitações e trabalhando em prol de desenvolver as habilidades e capacidades de todos. Segundo Padilha (2003), o PPP define os fundamentos da estrutura escolar e deve ser coerente com os propósitos de uma educação que acolhe as diferenças.

Em relação à existência de projetos com a perspectiva inclusiva no Projeto Político Pedagógico, a Instituição A possui projetos como: Clube de

Ciências, Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), Artes Visuais Estudantis (AVE), Tempos de Arte Literária (TAL), Aulão do ENEM, Gincana escolar, Projetos temáticos como (Dia da Mulher, Violência, Dia Mundial da Saúde). Deve-se advertir que, no documento, todos esses projetos constam a participação de todos os alunos, contendo em seus objetivos a importância de respeitar a diversidade, seja ela no seu aspecto social, étnico, econômico, intelectual, cognitivo, motor, visual ou auditivo.

Notou-se, ao final do PPP da instituição A, um anexo que trata sobre a Sala de Recurso Multifuncional, explicando como deve acontecer o Atendimento Educacional Especializado nas instituições de Ensino Regular, tratando sobre a inclusão x integração, além de reiterar a importância da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (ROPOLI ET AL.,2010, pág.16)

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) deve ser utilizado como instrumento facilitador para que a inclusão aconteça, auxiliando, dessa maneira, no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, não privando este aluno do direito ao aprendizado e ao convívio em sociedade. Segundo o MEC (2009),

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (BRASIL, 2009).

Na proposta construída pela sala de recursos, o AEE caracterizou-se em uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Na instituição A, o AEE ocorre no turno oposto ao que o aluno estuda, além disso, os professores das turmas na qual este aluno com deficiência estuda são instruídos a desenvolverem formas pedagógicas com a finalidade de facilitar o processo de ensino aprendizagem do mesmo (BRASIL, 2011). A partir do momento em que as pessoas com deficiência passam a ter apoio em seu processo de ensino aprendizagem através do AEE, no turno oposto, é garantido a estas pessoas o convívio social com seus colegas em sala de aula e o acesso aos conteúdos em salas regulares.

A instituição B, devido ao tempo que o PPP não é reformulado, não possui em seu PPP os projetos estruturantes com perspectiva inclusiva. Reconheceu-se a dificuldade de ser ou construir uma escola com uma perspectiva inclusiva, pois essas mudanças vão além da estrutura física, tornando-se necessário a reprogramação e mudanças de crenças, atitudes, preconceitos, sensibilidade e formação para que seja concretizada a inclusão. Para Ropoli et al (2010),

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI ET AL.,2010, p. 9)

A proposta da educação inclusiva não se limita apenas ao fato de os alunos com deficiência fazerem parte da escola, mas de lhes proporcionarem a participação ativa em todas as atividades, utilizando, muito mais do que conteúdos para o ensino-aprendizagem, também, valores e princípios, promovendo, assim, uma educação integral (ORLANDA; SANTOS, 2013). A inclusão está em processo gradativo, muitas pessoas e instituições possuem ainda reservas e dificuldades em aceitar e contribuir para que a inclusão ocorra. Essas ressalvas são comuns devido sua formação e receios de não saber lidar com esta realidade. Portanto, poucas escolas estão preparadas para receber o aluno com deficiência principalmente no que diz respeito aos professores.

### **Educação Física Escolar e o conteúdo Esporte Adaptado**

Durante o processo de coleta de dados na instituição A, além dos planos de curso dos professores, foi observada a proposta curricular de Educação Física construída pelos professores da disciplina da instituição em questão. A existência de uma proposta curricular estruturada pelos profissionais de Educação Física ratifica a importância de os alunos vivenciarem e serem contemplados com os conteúdos de formas diversificadas, sendo respeitadas as diferenças.

Contemplar o conhecimento a todos de forma igualitária é o princípio da inclusão. Dessa forma, a disciplina de Educação Física revela-se como um instrumento de fundamental importância que auxilia no desenvolvimento do processo educativo, associando aspectos físicos e psicológicos, aprimorando as habilidades físicas, morais e sociais do educando. Segundo Steinhilber (2013, p.3), "A Educação Física é a disciplina com maior e melhor propriedade para

favorecer e possibilitar a Educação Inclusiva, uma vez que as atividades são executadas em conjunto, possibilitando a interação e integração entre todos os alunos”. A Educação Física solidifica a tematização da linguagem, enquanto categoria de ensino, pois não é só a linguagem verbal que ganha expressividade, mas todo o “ser corporal” do sujeito se torna linguagem a partir do estar em movimento enquanto diálogo com o mundo. (KUNZ, 2014)

Ao analisar o PPP da instituição A, observou-se que os esportes adaptados não são inseridos nos conteúdos de Educação Física Escolar, devido ainda não ter sido reformulado. Durante a coleta de dados, foram analisados, também, os planos de curso de cinco professores da instituição, destes, quatro são professores do ensino médio e fundamental e um professor somente do ensino fundamental. Torna-se relevante ratificar que, através dos conteúdos estabelecidos nos planos de curso e na proposta curricular, existe uma perspectiva inclusiva nos conteúdos da Educação Física Escolar da instituição A.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998, p.43), adotar uma perspectiva inclusiva é “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais”.

Analisando a proposta curricular, identificou-se como conteúdo estabelecido para o terceiro ano do Ensino Médio, na terceira unidade, a temática sobre o conceito de deficiência, tipos de deficiência, esportes adaptados, organização de eventos esportivos e/ou festivais voltados para os esportes adaptados. A justificativa para a utilização desses conteúdos no plano de curso está relacionada ao processo de sensibilização e conscientização dos alunos sobre a importância de aprender a viver com as diferenças e respeitá-las. Identificou-se que a temática da inclusão é abordada na instituição, entretanto, ainda em contextos isolados, estando explícita apenas no conteúdo do Terceiro ano do Ensino Médio.

A utilização do Esporte Adaptado como conteúdo nas aulas de Educação Física Escolar é um instrumento pedagógico facilitador, pois o esporte é um meio de socialização que, favorecido pelas atividades coletivas, desenvolve uma consciência comunitária. Conforme Ferreira (2006), o esporte ministrado nas aulas de Educação Física sob forma de recreação, treinamento de habilidades e desenvolvimento de competência pode ser de fundamental importância no processo de inclusão escolar. Silva et al. (2013) completam que o esporte é um fenômeno sociocultural com formas de manifestações heterogêneas. O esporte adaptado se coloca como uma dessas possibilidades, sendo um objeto complexo com raízes na reabilitação e socialização.

De acordo com os PCN'S (1998), a participação nas aulas de Educação Física pode acarretar grandes benefícios para as pessoas com deficiência, especificamente, no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social.

A instituição B, com base na análise do PPP, não possui perspectiva inclusiva, devido este documento está em processo de reformulação. Em seguida, foi observado o plano de curso dos professores de Educação Física, tendo, assim, dificuldades de encontrar a inserção dos esportes adaptados nos conteúdos, além de não possuir perspectiva inclusiva. Deve-se levar em consideração a possibilidade de esse professor não ter sido capacitado para desenvolver práticas inclusivas, podendo ser justificado pelo seu período de formação, grade curricular e até mesmo formação continuada. Alves (2009) relata que, para uma educação inclusiva ser mais efetiva,

o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais, serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46)

No Brasil, capacitações voltadas para educação inclusiva, durante a formação dos professores, ainda é muito recente (Siems, 2010). Dessa forma, torna-se necessário investir no processo de formação desses profissionais, a fim de que estes possam reconstruir suas praticas educacionais.

## Considerações finais

De acordo com a fundamentação teórica relatada, a disciplina de Educação Física ratifica a importância de existir uma perspectiva inclusiva nas aulas, pois esta é um instrumento pedagógico facilitador no processo de inclusão.

Considerando os objetivos da pesquisa, dentre as instituições pesquisadas, não foi identificado nos PPP a inserção de esportes adaptados, contudo a instituição A possui, na Proposta Curricular de Educação Física, a inserção dos esportes adaptados ao conteúdo das turmas do 3º do Ensino Médio. Acerca do objetivo que busca analisar se as instituições possuem uma perspectiva inclusiva nos conteúdos de Educação Física, foi identificada apenas nos planos de curso dos profissionais da instituição A. É notório que a temática inclusão ainda está rodeada de dificuldades em ser abordada e implementada em algumas instituições.

Enfim, percebe-se, com os resultados desta pesquisa, muita resistência em desenvolver um pensar pedagógico na perspectiva inclusiva, tanto das instituições que se negaram a colaborar com a pesquisa devido a seus PPP'S estarem desatualizados, quanto da instituição B, onde constatou-se dificuldades em iniciar esse processo de inclusão. A instituição A, apesar de constar em documentos essa perspectiva inclusiva, apenas na série final do ensino médio desenvolve e insere os esportes adaptados nos conteúdos da Educação Física, possibilitando, assim, uma sensibilização acerca da importância da inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular.

## Referências

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação Inclusiva: Um Estudo na Área da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n 2, p. 223 – 240. 2005.

ALVES F. *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. Rio de Janeiro: WAK EDITORA, 2009.

ARAÚJO, P. F. de. *Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade*. 1997. 140f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BATISTA, K. C. Projeto Político Pedagógico: na construção do ideal e embates com o real. *Revista Unioeste*. São Paulo, p. 112-120. 2007.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A Participação Das Instâncias Políticas do Estado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em 10 de jan.2017.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei no 9394/96. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Lei de Acesso à informações*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm) Acesso em 18 de jan.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COSTA, A. M. da; SOUSA, S. B. Educação Física e Esporte Adaptado: História, Avanços e Retrocessos em Relação aos Princípios da integração/ Inclusão e Perspectivas para o Século XXI. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio. 2004.

FERREIRA, V. *Educação Física interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão*. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

KUNZ, Elenor. *Didática da Educação Física*. 4 ed. Ijuí: UNIJUI, 2014.

MARTINS, M. H. *O que é leitura?* 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MENDES, H.R.; CONCEIÇÃO, L. H. P.; GALERY, A. O caso de Educação Física Inclusiva. *Revista Diversa Educação Inclusiva na prática*, Dez. 2013.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

ORLANDA, Taís Mendonça Tenório; SANTOS, Juliano Ciebre. *Metodologias utilizadas pelos professores do ensino regular para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência*. 2013. Disponível em:. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: Como construir o projeto político - pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, K.C.M.; MELO M. C. O. L. Competências, gestão de competências e profissões: perspectivas de pesquisas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 2. 2008.

ROPOLI, E. A. et al. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva*. V. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAINT-LAURENT, L. 1997. A educação de alunos com necessidades especiais. In: MANTOAN, Maria Thereza Engler (Org.). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: MEMNON, 1997.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. de A. C. et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. *Rev. bras. educ. fís. esporte* [online], vol.27, n.4, p.679-687. . 2013. Epub Apr 16, 2013. ISSN 1807-5509. <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092013005000010>.

SIEMS, Maria Edith. *Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

SOLER, R. *Educação Física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

STEINHILBER, J. Educação Física como um meio para a inclusão social e qualidade de vida. *Revista Diversa*, Instituto Rodrigo Mendes, out. 2013.

VAGULA, E. et al. *Didática*. Londrina: Educacional, 2014.

VARELA, A. Desporto para as pessoas com deficiência. *Revista Educação Especial e Reabilitação*, Lisboa, v. 1, n. 5/6, jun. 1989.

Recebido em: 16/06/2018

Aprovado em: 02/09/2019